

DIPLOMACIA

Tarifaço em fase de definição

Estados Unidos avaliam tarifas de até 37,5% sobre exportações do Brasil, afetando mais de 35% da pauta comercial. Setores como metalurgia, calçados e máquinas correm risco, enquanto café em grãos e aeronaves ficam de fora

» RAFAELA GONÇALVES

A quarta-feira será decisiva para os rumos da disputa comercial entre Brasil e Estados Unidos. É quando termina o prazo para que a Representação de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) conclua a investigação aberta com base na Seção 301 da legislação comercial americana e anuncie a decisão sobre a aplicação de uma sobretaxa de 25% sobre parte das exportações brasileiras. Se somada a uma segunda investigação, relacionada ao combate ao trabalho forçado, a carga tarifária poderá chegar a 37,5% para alguns produtos.

Além de definir a manutenção das tarifas, o governo americano deverá anunciar quais produtos serão incluídos na lista de exceções. Embora a expectativa predominante entre especialistas seja de que a sobretaxa seja mantida, cresce a avaliação de que novos setores poderão ser poupados da medida após as audiências públicas realizadas na semana passada em Washington.

A decisão é acompanhada de perto por empresas e governos dos dois países, diante do potencial de elevar custos, reduzir a competitividade das exportações brasileiras e afetar cadeias produtivas integradas. Na avaliação do economista e professor do Insper Otto Nogami, os impactos para o Brasil tendem a ser concentrados em segmentos específicos, sem provocar efeitos expressivos sobre o crescimento da economia como um todo.

“O efeito mais imediato seria a perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado americano. Uma tarifa de 25% encarece artificialmente nossas exportações diante de concorrentes de outros países e pode reduzir encomendas, pressionar margens das empresas e afetar investimentos e empregos em setores mais dependentes dos Estados Unidos”, afirma.

Segundo ele, o impacto agregado sobre o Produto Interno Bruto (PIB) deve ser limitado porque os Estados Unidos representam apenas parte das exportações brasileiras, e diversos produtos permanecem protegidos pelas exceções já existentes. Ainda assim, algumas cadeias produtivas poderão sentir efeitos relevantes. “Os impactos serão muito mais significativos para determinados setores, empresas e regiões do que para a economia brasileira como um todo”, observa.

A avaliação é de que a política tarifária também impõe custos à própria economia americana. Como a tarifa é recolhida pelo importador, parte desse aumento tende a ser repassada ao longo da cadeia

Mandel Ngan/AFP



Trump, ao retornar para a Casa Branca após evento em clube de golfe neste fim de semana: definição sobre tarifaço perto do fim

Panorama

Entenda as duas frentes da ofensiva americana, por que a tarifa pode chegar a 37,5% e quais setores estão na linha de frente

Conflito é composto por duas frentes de investigação conduzidas pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR):

» **Sobretaxa Principal (25%):**
» Originada de uma investigação sob a Seção 301, que avalia práticas comerciais brasileiras consideradas “irrazoáveis” ou restritivas.

» **Investigação Paralela (12,5%):**
» Proposta após o USTR concluir que o Brasil e dezenas de outros países falharam em impedir a circulação e importação de mercadorias associadas ao trabalho forçado.

Impacto máximo das tarifas
» 25% sobretaxa principal em discussão + 12,5% tarifa de

outra investigação paralela = até 37,5% carga total que pode comprometer a competitividade e inviabilizar parte das exportações brasileiras aos Estados Unidos.

Segundo estimativas da CNI, caso a medida seja adotada:
» 31,6% das exportações brasileiras para os Estados Unidos passarão a pagar tarifa total de 37,5% (soma dos 25% da investigação comercial com outros 12,5% de outra acusação americana, de “falha no combate ao trabalho forçado” no país);

» 35,2% de toda a pauta exportadora brasileira para o mercado americano será atingida pela nova sobretaxa;

» Somadas às tarifas já existentes da Seção 232, 54,1%

das exportações brasileiras para os Estados Unidos ficarão sujeitas a algum tipo de tarifa adicional.

Segmentos de maior risco

Indústria e Manufatura

» **Metalurgia e Ferro Fundido:**
Um dos segmentos com maior peso projetado de perda de competitividade, afetando tanto produtos brutos quanto industrializados.

» **Máquinas e Equipamentos:**
Inclui motores, geradores, peças de engenharia e componentes industriais.

» **Plásticos e Borracha:**
Impacto direto na exportação de artefatos plásticos e pneus.

Bens de Consumo e Insumos

» **Calçados:** O setor calçadista figura como um dos mais expostos à sobretaxa, dificultando a concorrência no mercado dos EUA.

» **Madeira e Derivados:**
Altamente dependente da exportação de madeira trabalhada, papel cartão e materiais de construção civil.

Quem escapou?

» Café em grãos, carnes, fertilizantes, energia e aeronaves foram poupados da lista preliminar de tarifas dos EUA. Já café solúvel, mel e pescado ainda buscam entrar na lista de exceções, enquanto as negociações seguem entre Brasília e Washington.

Inflação dos EUA

Apesar das preocupações levantadas por empresas durante as audiências públicas, os economistas descartam que as tarifas sobre produtos brasileiros, isoladamente, provoquem pressão

significativa sobre a inflação dos Estados Unidos.

Para Lia Valls, pesquisadora associada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre) e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o peso do Brasil na

pauta importadora americana é relativamente pequeno. “O Brasil representa uma parcela muito pequena das importações americanas. Então, sozinho, não será responsável por aumentar a inflação dos Estados Unidos”, afirma.

Ela ressalta, porém, que alguns nichos específicos podem registrar aumento de preços, sobretudo onde o Brasil ocupa posição estratégica como fornecedor. “No café, por exemplo, pode haver impacto porque o Brasil tem participação importante na oferta do café verde utilizado pela indústria americana. Também há efeitos pontuais em siderurgia e alguns produtos específicos, mas isso é diferente de provocar inflação generalizada”, explica.

Nogami acrescenta que o efeito inflacionário das tarifas depende do conjunto de medidas adotadas por Washington. “Somadas a outras tarifas já anunciadas pelo governo americano, elas podem ampliar pressões sobre alimentos, matérias-primas e bens industriais. Além disso, a redução da concorrência externa pode permitir reajustes também aos produtos domésticos.”

Exceções

Uma das principais características da investigação é que boa parte da pauta exportadora brasileira permanece protegida pelas listas de exceção já definidas pelo governo americano. Segundo Lia Valls, aproximadamente metade dos produtos brasileiros já ficou de fora das novas tarifas por estarem abrangidos por exceções anteriores ou por integrarem outros regimes tarifários.

Com isso, os maiores impactos tendem a se concentrar justamente nos segmentos que permaneceram fora dessas listas. Entre eles estão máquinas e equipamentos, plásticos, calçados, madeira, café solúvel e pescado. “Os setores mais afetados são exatamente aqueles que não estão contemplados pelas exceções”, resume.

Mesmo antes de uma decisão definitiva sobre a nova rodada tarifária, já é possível observar uma redução gradual da presença brasileira no mercado americano. Segundo Lia Valls, a participação dos Estados Unidos nas exportações brasileiras vem caindo ao longo dos últimos anos. “As exportações brasileiras para os Estados Unidos já apresentaram cerca de 12% da pauta, e hoje estão em torno de 9,4%. O principal problema dessas medidas é a incerteza que elas criam para empresas e investidores”, destaca.

Para ela, esse ambiente de imprevisibilidade acaba influenciando decisões de investimento e leva empresas a buscar novos mercados. “O exportador não sabe se haverá novas tarifas ou novas mudanças. Essa incerteza acaba sendo tão prejudicial quanto a própria tarifa.”

CASO MASTER

PF vê “sério risco” de fuga de publicitário do país

» EDUARDA ESPOSITO
» IAGO MAC CORD
» RENATO SOUZA

A Polícia Federal classificou como “sério” o risco de fuga do país do publicitário Thiago Miranda no pedido enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) para a apreensão e suspensão imediata de seu passaporte. A informação, veiculada inicialmente pela CNN, foi confirmada pelo **Correio** por meio de fontes internas na própria corporação.

Segundo a PF, o risco de evasão do território nacional baseia-se em três pilares principais. O primeiro aponta para o comportamento suspeito do empresário, que realizou sucessivas trocas de aparelhos celulares e de chips telefônicos nos últimos 15 dias, período que antecedeu a deflagração da 10ª fase da

Operação Compliance Zero, ocorrida na quinta-feira.

Outro forte indício mapeado pelas autoridades policiais é o encerramento repentino das atividades de sua agência de comunicação, a Miranda Comunicação (MiThi). Por fim, o fator considerado determinante para a urgência da medida cautelar é o fato de o investigado ter uma viagem internacional marcada com destino a Miami, nos Estados Unidos.

Diante do cenário apresentado pela PF, o ministro-relator André Mendonça determinou o recolhimento do passaporte do publicitário. A decisão do magistrado ocorreu de forma monocrática, inclusive sem a recomendação prévia da Procuradoria-Geral da República (PGR), devido, justamente, à gravidade e urgência enfrentadas para

prejudicados”, destaca Nogami.

Ele explica que a intensidade desse impacto dependerá da facilidade de substituir produtos brasileiros por fornecedores de outros países. Quando não há alternativas competitivas, o repasse tende a ser maior.

De acordo com o inquérito, o fundador da MiThi desempenhava papel de destaque no chamado “Projeto DV”, uma alusão às iniciais do banqueiro Daniel Vercaro, proprietário do Banco Master e a quem o publicitário é ligado.

As apurações revelam que o esquema consistia no recrutamento de influenciadores digitais e jornalistas para a veiculação de

Reprodução/Instagram



Miranda teve o passaporte apreendido por decisão do Supremo

postagens coordenadas e difamações nas redes sociais contra instituições públicas. Para garantir a adesão e o silêncio dos envolvidos na operação de descredibilização, eram oferecidos valores que chegavam a R\$ 2 milhões, sob rígidas cláusulas de confidencialidade

respaldadas por muitas financeiras elevadas. A PF já mapeou cerca de 40 perfis que atuavam ativamente nesses ataques coordenados contra a autoridade monetária do país. A defesa de Miranda não se pronunciou até o fechamento desta edição.

» Prisão domiciliar a pastor

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, concedeu prisão domiciliar com monitoramento eletrônico ao pastor Márcio Poncio por razões humanitárias. Investigado na Operação Unha e Carne por elo com lavagem de dinheiro do jogo do bicho, Poncio tem doença intestinal grave, e a mulher enfrenta gravidez de alto risco. O investigado deverá cumprir medidas rigorosas, como o uso de tornozeleira eletrônica, a entrega de passaportes e a proibição de acessar redes sociais ou contatar outros envolvidos. A defesa nega os crimes e afirma que os bens apreendidos são lícitos. **(IMC)**